Ata da Reunião nº 335 de 30/09/2026

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a nona reunião ordinária de 2026 do Conselho Deliberativo do IPASSP-SM. Nesta data se fizeram presentes os seguintes Conselheiros: **Lenir Keller**, representante dos servidores inativos; **Silvane Baptista de Oliveira** e **Marta Hammel**, representantes do Sindicato dos Professores Municipais; **Venâncio da Silva Anschau**, representante da Câmara de Vereadores; **Karla Pereira Felipe**, **Mariana Sacchet Lovato Vargas**, **Marcelo Leal Dalla Corte** e **Valdori Rocha Cezar**, representantes do Poder Executivo. Além desses, estavam presentes a Diretora-Presidente, **Fabiana Neves de Vargas**, a Contadora **Silvana Cristieli da Costa** e o Presidente do Comitê de Investimentos **Adriano Scherer Silveira da Silva**. A reunião foi iniciada e, com a anuência de todos os presentes, foi invertida a ordem da pauta, passando a Contadora Silvana a apresentar a proposta de Orçamento da Previdência para integrar a LOA para o ano de 2027. A Contadora informou que a peça orçamentária foi elaborada com base na legislação atual e expectativas apresentadas no Relatório FOCUS/Bacen, tendo sido encaminhada previamente aos Conselheiros para melhor apreciação. Segundo Silvana Costa, a proposta orçamentária não traz alterações nos programas, apenas ocorreram pequenos ajustes nas despesas administrativas fixadas para o exercício 2027 em relação ao exercício 2026, sendo mais expressivos os ajustes realizados nas dotações destinadas ao pagamento de benefícios previdenciários. As dotações que sofreram alterações em relação ao exercício 2026 foram objeto de esclarecimento pontual aos Conselheiros presentes, principalmente, com explanação sobre as razões que determinaram a expectativa de crescimento de despesas para o exercício de 2027, conforme estimativa para o custeio de benefícios e taxa de administração. Silvana mencionou que a maior diferença entre os orçamentos de 2026 e 2027 se dá em virtude de alguns fatores, tais como, aumento das dotações vinculadas a benefícios previdenciários, redução da dotação para o pagamento do PASEP, a diminuição de pagamentos de sentenças judiciais e a expectativa de aumento nas despesas administrativas em virtude de uma provável adesão ao Programa Pró-Gestão. Prestados os esclarecimentos necessários por parte da Contadora, os Conselheiros presentes passaram a deliberar, APROVANDO por unanimidade a proposta orçamentária para o exercício 2027. O atual Presidente do Conselho Deliberativo, Marcelo Dalla Corte, observou que o tempo para apreciação da peça orçamentária foi muito pequeno, e solicitou que, nas próximas reuniões com pauta de deliberação, sejam os documentos enviados com antecedência mínima de 48 horas, possibilitando maior tempo para análise. A Diretora-presidente explicou que a deliberação sobre o orçamento foi realizada na data de hoje para evitar que fosse marcada uma reunião extraordinária para tratar deste assunto, obedecendo, assim, ao cronograma de reuniões ordinárias do ano de 2026. O Conselheiro Venâncio Anschau observou, ainda, que a reunião ordinária de hoje estava prevista no cronograma aprovado em 17 de dezembro de 2025, publicado, após a eleição, no grupo do WhatsApp do Conselho Deliberativo para ciência dos novos integrantes e que, havendo dúvidas ou intempestividade quanto ao conteúdo em deliberação, é facultado, a qualquer membro, o pedido de vista à matéria. Encerrada a pauta de deliberações, a Diretora Fabiana passou a informar sobre o andamento do parcelamento do débito da Prefeitura referente aos três meses de atraso no pagamento da contribuição previdenciária suplementar, em forma de aporte, para a amortização do *déficit* atuarial. A Diretora mencionou que o Acordo de Parcelamento decorrente de aportes preestabelecidos devidos (competências fevereiro, março e abril/26) firmado entre o RPPS e o ente municipal permanece em processo de homologação no Ministério da Previdência, sem data definida para conclusão da análise. O ente municipal já quitou duas das 24 parcelas definidas no acordo de parcelamento e, com relação à terceira parcela, a equipe técnica do IPASSP-SM realizou a atualização

dos valores e incidência de juros, considerando os termos da LM nº 7.160/2026 e enviou ofício anexando a guia de pagamento, no montante de R$ 1.054.518,77, com vencimento previsto para a data de hoje, 30/09/26. Acerca da folha de pagamento dos benefícios previdenciários, a Diretora informou que foi enviado em 21 de setembro de 2026, o Ofício nº 1351/2026/DE/IPASSP-SM às Secretarias de Governança e Fazenda do Município, informando o valor apurado de R$ 18.540.981,61, objetivando a transferência financeira de recursos para complementar o valor necessário para custear a folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas no mês de Setembro/26. Mesmo não estando previsto o assunto em pauta, mas por ter sido mencionado pela Contadora na explanação sobre o orçamento para o próximo ano, a Diretora-Presidente lembrou que a taxa de administração do instituto está completamente comprometida para a cobertura das despesas administrativas para o próximo exercício, não sendo recomendável a reversão de nenhum valor, sob pena de comprometer a saúde financeira da Autarquia frente a diversas medidas em execução e outras a serem implementadas, das quais decorrem custos imprescindíveis para as melhores práticas de gestão. Encerrados os assuntos gerais, o Assessor Técnico Adriano Scherer passou a apresentar os dados do relatório de acompanhamento dos repasses de contribuições e de execução de despesas, relativo à competência do mês de agosto de 2026, em formato simplificado, onde se observa que: No mês de agosto/2026: a) Os valores relativos às retenções e repasses das contribuições previdenciárias do Poder Legislativo ocorreram regularmente dentro do prazo legal. Da mesma forma, em relação ao Poder Executivo, as contribuições retidas dos servidores, a contribuição suplementar em alíquota e a contribuição patronal normal ocorreram dentro do prazo legal; b) Em relação às despesas para o pagamento de benefícios previdenciários, conforme Balancete da Despesa do Fundo de Previdência, em agosto/2026, foi liquidado o montante de R$ 22.188.087,54, referentes à despesa com benefícios da folha de pagamento coletiva do IPASSP-SM; já em relação às despesas com benefícios das folhas de pagamento da PMSM-Encargos e CV-Encargos (Lei nº 4.938/06), foram liquidados, em agosto de 2026, respectivamente, os valores de R$ 590.520,55 e R$ 65.557,65, para inativos e pensionistas, suportados com o recebimento dos aportes financeiros para cobertura, nos termos da Lei Municipal nº 4.938/2006; c) Relativo à taxa de administração: c.1) o valor de despesa administrativa acumulado até o mês de agosto de 2026 foi de R$ 4.433.414,39, o que representa um percentual de 0,72% em relação ao limite anual de despesa da taxa de administração, fixada em lei em 2,30%. Já o valor arrecadado acumulado até o mês de agosto/26 para fins de custeio administrativo foi de R$ 6.205.228,14, sendo R$ 274.626,13 de rendimentos provenientes de investimentos da reserva da taxa de administração, R$ 5.529.043,62 referente ao repasse de 3% incluído na Contribuição Patronal, R$ 400.999,39 referente a ressarcimento de servidores cedidos e R$ 559,00 a título de receitas de restituições. Na sequência, o Assessor Técnico apresentou os resultados obtidos com os investimentos da carteira no mês de agosto/2026: O Fundo de Previdência, com patrimônio total de **R$ 454.842.385,36** ao final de **agosto/2026**, registrou rendimento de R$ 5.449.254,27 ou 1,21%, ficando acima da meta de 0,12% para o mês (IPCA + 5,53% a.a.). No ano, a rentabilidade acumulada é de **R$ 35.653.020,93** ou 8,67%, situando-se acima da meta acumulada, de 6,87% para o período. Na sequência, o Adriano teceu algumas considerações sobre o cenário econômico atual, enfatizando que a rentabilidade auferida até o mês de agosto foi bastante positiva, decorrente da posição estratégica, com a maioria dos recursos aplicada em *benchmark* CDI. Por esta razão, existe grande probabilidade da meta ser alcançada no ano de 2026. O Assessor Adriano continuou fazendo considerações sobre o aumento do patrimônio do RPPS, o que obriga a gestão a se especializar ainda mais para manter o controle dos fluxos de investimentos, conforme recomendações do Ministério de Previdência e Trabalho. Adriano comentou que a melhora

da precificação dos títulos públicos, a longo prazo, pelo mercado também oportunizou que os demais índices de renda fixa que compõem a carteira tivessem uma performance melhor no mês. O Assessor fez, ainda, alguns comentários sobre o quadro de alocação de recursos da autarquia, esclarecendo que a carteira permanece com aplicações financeiras diversificadas, com perfil conservador, com 56,02% dos valores aplicados em CDI, cuja taxa de juros permanece elevada (13,75% a.a.), mantendo um percentual menor nos índices IRF-M e IMA-B. Adriano concluiu esclarecendo que a rentabilidade dos investimentos está sujeita à precificação de expectativa de juros decorrentes de eventos econômicos externos gerados pelas guerras e, internamente, ao alto risco fiscal que, por vezes, prejudica o desempenho das carteiras de investimentos dos RPPS, porém nesse mês de agosto/26 a precificação da redução de juros impactou positivamente todos os índices. A documentação referente às explanações acima foi previamente encaminhada via *WhatsApp* para análise dos Conselheiros e está disponível no *website* do IPASSP-SM, sendo composta de: Relatório de Acompanhamento de Aplicações Financeiras dos Recursos do Fundo de Previdência do mês de agosto de 2026. Encerrados os assuntos previstos em pauta, e nada mais havendo a constar, encerro a presente ata, que será assinada por mim, **Mariana Sacchet Lovato Vargas**, e demais presentes.